

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	16
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	72
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.717.178
Preferenciais	40.991.800
Total	108.708.978
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	746.248	796.750
1.01	Ativo Circulante	95.898	132.855
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21	3.301
1.01.02	Aplicações Financeiras	77.880	109.528
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	77.880	109.528
1.01.02.01.03	Investimento de curto prazo	77.880	109.528
1.01.03	Contas a Receber	12.757	16.854
1.01.03.01	Clientes	12.757	11.900
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	4.954
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	0	4.954
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.121	2.256
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.121	2.256
1.01.06.01.01	Tributos compensáveis	4.121	2.256
1.01.07	Despesas Antecipadas	388	882
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	0	465
1.01.07.02	Despesas pagas antecipadamente	388	417
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	731	34
1.01.08.03	Outros	731	34
1.02	Ativo Não Circulante	650.350	663.895
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.127	13.042
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	21.127	13.042
1.02.01.10.03	Outros ativos	211	225
1.02.01.10.05	Tributos e contribuições sociais diferidos	20.916	12.817
1.02.02	Investimentos	344.423	356.090
1.02.02.01	Participações Societárias	344.423	356.090
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	344.423	356.090
1.02.03	Imobilizado	263.576	272.698
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	261.706	271.374
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.870	1.324
1.02.04	Intangível	21.224	22.065
1.02.04.01	Intangíveis	21.224	22.065
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	21.224	22.046
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	0	19

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	746.248	796.750
2.01	Passivo Circulante	56.091	37.202
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	695	761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	695	761
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	695	761
2.01.02	Fornecedores	4.325	3.602
2.01.03	Obrigações Fiscais	639	752
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	639	752
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	589	669
2.01.03.01.04	Outros	50	83
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.141	21.433
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.141	21.433
2.01.05	Outras Obrigações	11.291	10.654
2.01.05.02	Outros	11.291	10.654
2.01.05.02.05	Uso do bem público	621	590
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	2.089	1.821
2.01.05.02.07	Arrendamentos	92	112
2.01.05.02.08	Opções de compra de ações outorgadas	8.445	8.060
2.01.05.02.09	Outros passivos	44	71
2.02	Passivo Não Circulante	564.421	606.372
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	558.945	599.785
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	558.945	599.785
2.02.02	Outras Obrigações	5.476	6.587
2.02.02.02	Outros	5.476	6.587
2.02.02.02.03	Uso do bem público	5.028	4.855
2.02.02.02.04	Outras obrigações	170	1.555
2.02.02.02.05	Arrendamentos	278	177
2.03	Patrimônio Líquido	125.736	153.176
2.03.01	Capital Social Realizado	168.270	168.270
2.03.02	Reservas de Capital	-518	-518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-42.016	-14.576

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	96.415	90.186
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-45.347	-40.027
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-24.489	-23.315
3.02.02	Compra de energia elétrica	-9.487	-5.845
3.02.03	Depreciação e amortização	-11.317	-10.813
3.02.04	Utilização do bem público - UBP	-54	-54
3.03	Resultado Bruto	51.068	50.159
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.300	6.469
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.065	-1.659
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.828	-1.995
3.04.05.01	Pessoal	-1.031	-1.360
3.04.05.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-729	-552
3.04.05.03	Depreciação e amortização	-101	-83
3.04.05.04	Outras Receitas	33	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.593	10.123
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.593	10.123
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.768	56.628
3.06	Resultado Financeiro	-83.307	-64.540
3.06.01	Receitas Financeiras	9.246	11.375
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.553	-75.915
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-35.539	-7.912
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.099	6.418
3.08.02	Diferido	8.099	6.418
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-27.440	-1.494
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-27.440	-1.494
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,2524	-0,0137
3.99.01.02	PN	-0,2524	-0,0137
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,2524	-0,0137
3.99.02.02	PN	-0,2524	-0,0137

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-27.440	-1.494
4.03	Resultado Abrangente do Período	-27.440	-1.494

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.865	62.585
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.275	57.230
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-35.539	-7.912
6.01.01.02	Depreciação e amortização	11.516	10.950
6.01.01.03	Encargos de dívidas	89.555	74.338
6.01.01.05	Outras variações monetárias líquidas	1.285	157
6.01.01.06	Receita de aplicações financeiras	-8.980	-10.940
6.01.01.10	Baixa de imobilizado e intangível	48	0
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-1.593	-10.123
6.01.01.13	Encargos de dividas arrendamento	31	15
6.01.01.14	Atualização monetária - Uso do bem público	804	739
6.01.01.17	Baixa de depósitos judiciais	148	6
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.410	5.355
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-857	-184
6.01.02.02	Tributos e contribuições socais a compensar	-111	-47
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-627	-895
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	-670	-671
6.01.02.06	Fornecedores	812	522
6.01.02.07	Taxas regulamentares e setoriais	125	480
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais	-66	-507
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-2.024	6.871
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	-457	-195
6.01.02.12	Adiantamento de Fornecedores	465	-19
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.312	16.217
6.02.01	Resgate de investimento de curto prazo	770.180	125.676
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-729.110	-107.933
6.02.05	Adições no imobilizado	-2.455	-6.338
6.02.06	Adições no intangível	-518	-9
6.02.08	Dividendos recebidos	18.215	4.821
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-113.457	-75.877
6.03.02	Captação de debêntures	558.262	0
6.03.03	Amortização de principal arrendamentos	-103	-89
6.03.04	Amortização de juros de arrendamentos	-31	-15
6.03.05	Amortização de principal do financiamento	-600.000	0
6.03.06	Amortização de juros do financiamento	-71.585	-75.773
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.280	2.925
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.301	376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21	3.301

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	-518	0	-14.576	0	153.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	-518	0	-14.576	0	153.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.440	0	-27.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.440	0	-27.440
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	-518	0	-42.016	0	125.736

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168.270	-518	0	-13.082	0	154.670
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	-518	0	-13.082	0	154.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.494	0	-1.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.494	0	-1.494
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	-518	0	-14.576	0	153.176

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.01	Receitas	109.668	101.781
7.01.02	Outras Receitas	107.402	100.581
7.01.02.01	Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	107.369	100.580
7.01.02.02	Outras Receitas	33	1
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.266	1.200
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.807	-29.110
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.182	-5.922
7.02.04	Outros	-28.625	-23.188
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica	-8.494	-8.350
7.02.04.02	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-2.292	-1.925
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-6.086	-5.868
7.02.04.04	Energia elétrica comprada para revenda	-9.487	-5.845
7.02.04.05	Custos de construção	-2.266	-1.200
7.03	Valor Adicionado Bruto	74.861	72.671
7.04	Retenções	-11.472	-10.949
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.472	-10.949
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	63.389	61.722
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.839	21.498
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.593	10.123
7.06.02	Receitas Financeiras	9.246	11.375
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	74.228	83.220
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	74.228	83.220
7.08.01	Pessoal	4.012	3.858
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.996	2.927
7.08.01.02	Benefícios	793	869
7.08.01.03	F.G.T.S.	223	62
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.774	4.751
7.08.02.01	Federais	4.774	4.747
7.08.02.02	Estaduais	0	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.882	76.105
7.08.03.01	Juros	90.222	74.431
7.08.03.02	Aluguéis	329	190
7.08.03.03	Outras	2.331	1.484
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	2.331	1.484
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-27.440	-1.494
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-27.440	-1.494

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	1.291.720	1.368.384
1.01	Ativo Circulante	176.414	209.898
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.238	9.326
1.01.02	Aplicações Financeiras	130.871	167.046
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	124.602	161.063
1.01.02.01.03	Investimento de Curto prazo	124.602	161.063
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	6.269	5.983
1.01.02.02.02	Títulos e valores mobiliários	6.269	5.983
1.01.03	Contas a Receber	29.426	28.021
1.01.03.01	Clientes	29.426	28.021
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.440	2.815
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.440	2.815
1.01.06.01.01	Tributos compensáveis	10.440	2.815
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.375	2.619
1.01.07.01	Adiantamento a fornecedores	126	1.300
1.01.07.02	Despesas pagas antecipadamente	1.249	1.319
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.064	71
1.02	Ativo Não Circulante	1.115.306	1.158.486
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.962	25.669
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	24.962	25.669
1.02.01.10.03	Outros ativos	837	4.883
1.02.01.10.04	Tributos e contribuições sociais a compensar	0	7.579
1.02.01.10.06	Tributos e contribuições sociais diferidos	24.125	13.207
1.02.03	Imobilizado	1.055.414	1.096.256
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.052.551	1.090.540
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.863	5.716
1.02.04	Intangível	34.930	36.561
1.02.04.01	Intangíveis	34.930	36.561
1.02.04.01.02	Intangíveis em Operação	34.915	36.516
1.02.04.01.03	Intangíveis em Andamento	15	45

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	1.291.720	1.368.384
2.01	Passivo Circulante	101.944	82.552
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.965	1.991
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.965	1.991
2.01.01.02.01	Salario e férias a pagar	1.965	1.991
2.01.02	Fornecedores	10.573	8.458
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.506	3.307
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.506	3.307
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	792	1.228
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.347	1.805
2.01.03.01.03	Outros	367	274
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.702	44.410
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.374	19.008
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.374	19.008
2.01.04.02	Debêntures	42.328	25.402
2.01.05	Outras Obrigações	17.236	22.081
2.01.05.02	Outros	17.236	22.081
2.01.05.02.04	Arrendamentos	344	401
2.01.05.02.05	Uso do bem público	1.062	1.010
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	4.006	3.426
2.01.05.02.07	Credores diversos	3.379	4.424
2.01.05.02.08	Dividendo Declarados	0	4.760
2.01.05.02.09	Opções de compra de ações outorgadas	8.445	8.060
2.01.06	Provisões	7.962	2.305
2.01.06.02	Outras Provisões	7.962	2.305
2.01.06.02.04	Provisões	7.962	2.305
2.02	Passivo Não Circulante	834.749	902.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	806.711	863.688
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	170.343	188.332
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	170.343	188.332
2.02.01.02	Debêntures	636.368	675.356
2.02.02	Outras Obrigações	15.266	16.844
2.02.02.02	Outros	15.266	16.844
2.02.02.02.03	Uso do bem público	8.545	8.262
2.02.02.02.04	Outras obrigações	326	1.554
2.02.02.02.05	Arrendamentos	6.395	7.028
2.02.04	Provisões	12.772	22.449
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24	4.189
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	24	4.189
2.02.04.02	Outras Provisões	12.748	18.260
2.02.04.02.04	Provisões	12.748	18.260
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	355.027	382.851
2.03.01	Capital Social Realizado	168.270	168.270
2.03.02	Reservas de Capital	-518	-518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-42.016	-14.576

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	229.291	229.675

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	237.913	224.742
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-138.798	-115.053
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-51.969	-49.278
3.02.02	Compra de energia elétrica	-40.014	-19.996
3.02.03	Depreciação e amortização	-46.716	-45.680
3.02.04	Utilização do bem público - UBP	-99	-99
3.03	Resultado Bruto	99.115	109.689
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.191	-10.727
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.749	-4.641
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	210	165
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.652	-6.251
3.04.05.01	Pessoal	-4.562	-4.292
3.04.05.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-1.719	-1.670
3.04.05.03	Depreciação e amortização	-371	-289
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.924	98.962
3.06	Resultado Financeiro	-107.030	-87.093
3.06.01	Receitas Financeiras	17.585	23.197
3.06.02	Despesas Financeiras	-124.615	-110.290
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.106	11.869
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.022	3.002
3.08.01	Corrente	-4.896	-3.806
3.08.02	Diferido	10.918	6.808
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.084	14.871
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-15.084	14.871
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-27.440	-1.494
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12.356	16.365
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,1388	0,1368
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	-0,1388	0,1368

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-15.084	14.871
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-15.084	14.871
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-27.440	-1.494
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12.356	16.365

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	124.738	137.661
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	132.474	150.144
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-21.106	11.869
6.01.01.02	Depreciação e amortização	47.269	46.067
6.01.01.03	Encargos de dívidas	118.182	105.155
6.01.01.04	Outras variações monetárias líquidas	2.264	1.119
6.01.01.05	Receita de aplicações financeiras	-16.372	-16.363
6.01.01.08	Baixa de imobilizado	61	234
6.01.01.09	Baixa depósitos judiciais	148	6
6.01.01.10	Encargos de dívidas arrendamentos	657	770
6.01.01.11	Atualização monetária - Uso do bem público	1.371	1.267
6.01.01.14	Provisões de contingências	0	20
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.557	-8.832
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-1.404	2.790
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais a compensar	3.632	-4.308
6.01.02.03	Adiantamento de Fornecedores	1.174	-173
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	444	-1.531
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	-1.344	-744
6.01.02.06	Fornecedores	808	-11.535
6.01.02.07	Taxas regulamentares e setoriais	330	697
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais	-24	-695
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	-7.283	6.061
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	-1.890	606
6.01.03	Outros	-2.179	-3.651
6.01.03.01	Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-2.179	-3.651
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	64.770	-19.042
6.02.01	Resgate de investimento de curto prazo	918.689	299.172
6.02.02	Aplicações em investimento de curto prazo	-865.807	-315.074
6.02.04	Aplicações em títulos e valores mobiliários	495	508
6.02.07	Adições no imobilizado	-5.863	-8.446
6.02.08	Adições no intangível	-959	-23
6.02.11	Dividendos e JCP recebidos	18.215	4.821
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-195.596	-124.170
6.03.01	Amortização de principal arrendamentos	-343	-297
6.03.02	Amortização de juros de arrendamentos	-683	-770
6.03.03	Amortização de juros do financiamento	-95.747	-100.266
6.03.04	Empréstimos tomados	558.182	75.042
6.03.05	Amortização de principal do financiamento	-621.290	-83.426
6.03.06	Adiantamento para futuro aumento de capital - Pagos	0	-5.000
6.03.07	Pagamentos de dividendos	-35.715	-9.453
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.088	-5.551
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.326	14.877
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.238	9.326

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	-518	0	-14.576	0	153.176	229.675	382.851
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	-518	0	-14.576	0	153.176	229.675	382.851
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-12.740	-12.740
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-12.740	-12.740
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.440	0	-27.440	12.356	-15.084
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.440	0	-27.440	12.356	-15.084
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	-518	0	-42.016	0	125.736	229.291	355.027

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	168.270	-518	0	-13.082	0	154.670	222.703	377.373
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168.270	-518	0	-13.082	0	154.670	222.703	377.373
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-9.393	-9.393
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-9.393	-9.393
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.494	0	-1.494	16.365	14.871
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.494	0	-1.494	16.365	14.871
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168.270	-518	0	-14.576	0	153.176	229.675	382.851

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.01	Receitas	269.666	248.457
7.01.02	Outras Receitas	264.545	245.135
7.01.02.01	Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	264.339	244.974
7.01.02.02	Outras Receitas	206	161
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.121	3.322
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-95.435	-71.223
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.430	-16.356
7.02.04	Outros	-77.005	-54.867
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica	-15.957	-15.705
7.02.04.02	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-4.075	-4.241
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-11.838	-11.603
7.02.04.04	Energia elétrica comprada para revenda	-40.014	-19.996
7.02.04.05	Custos de construção	-5.121	-3.322
7.03	Valor Adicionado Bruto	174.231	177.234
7.04	Retenções	-47.186	-46.068
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.186	-46.068
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	127.045	131.166
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.585	23.197
7.06.02	Receitas Financeiras	17.585	23.197
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	144.630	154.363
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	144.630	154.363
7.08.01	Pessoal	10.466	9.502
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.770	7.115
7.08.01.02	Benefícios	2.208	2.040
7.08.01.03	F.G.T.S.	488	347
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.950	19.221
7.08.02.01	Federais	23.950	19.214
7.08.02.02	Estaduais	0	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	125.298	110.769
7.08.03.01	Juros	119.825	106.487
7.08.03.02	Aluguéis	683	479
7.08.03.03	Outras	4.790	3.803
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	4.790	3.803
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.084	14.871
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-27.440	-1.494
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	12.356	16.365

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

*Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025*

Relatório da Administração**Aos acionistas**

A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Foz do Rio Claro Energia S.A “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 16 de janeiro de 2006, pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 – MME – UHE Foz do Rio Claro, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041).

Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046.

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	37,1 MW (megawatts)

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 57,29% na Eólica do Agreste Potiguar I (“EAP I”) e de 63,18% na Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”). As Companhias de fonte eólica passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. (“Ijuí”), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022.

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria Nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), que divulgou, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, que, a partir de 01 de janeiro de 2023, foram considerados 37,1 MW médios.

2. Governança corporativa

A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) Diretor Administrativo;
- (ii) Diretor de Gestão de Energia;
- (iii) Diretor Financeiro;
- (iv) Diretor Técnico; e
- (v) Diretor de Relações com Investidores.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas pela lei, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	Variação %	31/12/2025	31/12/2024	Variação %
Receita operacional bruta	107.369	100.580	6,7%	264.339	244.974	7,9%
(-) Deduções da receita operacional	(10.954)	(10.394)	5,4%	(26.426)	(20.232)	30,6%
Receita operacional líquida	96.415	90.186	6,9%	237.913	224.742	5,9%
(-) Custos operacionais	(45.347)	(40.027)	13,3%	(138.798)	(115.053)	20,6%
Lucro bruto	51.068	50.159	1,8%	99.115	109.689	-9,6%
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.893)	(3.654)	33,9%	(13.191)	(10.727)	23,0%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	1.593	10.123	-84,3%	-	-	0,0%
(-) Despesas/receitas financeiras	(83.307)	(64.540)	29,1%	(107.030)	(87.093)	22,9%
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(35.539)	(7.912)	349,2%	(21.106)	11.869	-277,8%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	0,0%	(4.896)	(3.806)	28,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.099	6.418	100,0%	10.918	6.808	100,0%
Lucro (prejuízo) do exercício	(27.440)	(1.494)	1736,7%	(15.084)	14.871	201,4%
Ativo total	746.248	796.750	-6,3%	1.291.720	1.368.384	-5,6%
Investimentos (*)	629.223	650.853	-3,3%	1.090.344	1.132.817	-3,7%

(*) Refere-se aos montantes de imobilizado, intangível e investimentos em controladas.

Comentários relevantes – Consolidado

A controladora e suas controladas, registraram Receita operacional líquida de R\$ 237.913 (888.852 MW/h) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos R\$ 224.742 (894.712 MW/h) do mesmo período de 2024. O aumento de 5,9% de um período para o outro ocorreu principalmente pela atualização monetária dos contratos negociados no ambiente regulado (ACR) e liquidações na CCEE.

A Companhia apresentou custos operacionais consolidados no montante de R\$ 138.798 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 115.053 no mesmo período de 2024. O aumento de 20,6% entre um período e outro é justificado principalmente pela linha de compra de energia, apresentando o montante de R\$ 40.014 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 19.996 em 31 de dezembro de 2024, ocasionado principalmente pelo efeito do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) que afetaram as controladas EAP I e EAP II e pelas diferenças de preços de submercado. As despesas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de 23,0% quando comparado ao mesmo período de 2024, justificado pela linha de serviços de terceiros e despesas com pessoal.

As despesas e receitas financeiras líquidas da controladora e suas controladas apresentaram aumento de 22,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 se comparado ao mesmo período de 2024, justificado principalmente pelos juros dos empréstimos. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados a constituição de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal.

EBITDA
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) do exercício	(27.440)	(1.494)	(15.084)	14.871
(+) Resultado financeiro	83.307	64.540	107.030	87.093
(+) Depreciação e amortização (*)	11.516	10.950	47.269	46.067
(+) IR/CS correntes	-	-	4.896	3.806
(+) IR/CS diferidos	(8.099)	(6.418)	(10.918)	(6.808)
(=) EBITDA	59.284	67.578	133.193	145.029

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento
(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, debêntures e arrendamentos				
Circulante	(39.233)	(21.545)	(62.046)	(44.811)
Não circulante	(559.223)	(599.962)	(813.106)	(870.716)
Dívida total	(598.456)	(621.507)	(875.152)	(915.527)
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários	77.880	112.829	134.109	176.372
Dívida líquida	(520.576)	(508.678)	(741.043)	(739.155)
Patrimônio líquido	125.736	153.176	355.027	382.851
Índice de endividamento líquido	4,14	3,32	2,09	1,93

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantinha em seu quadro 22 colaboradores.

Política de equidade

Em 2022, a Controladora Alupar Investimento S.A. lançou o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), chamado de Alento, com apoio de consultorias especializadas para promover letramentos, revisar processos internos e fortalecer a comunicação sobre diversidade e inclusão em todas as empresas do grupo. A partir de 2024, o programa se destacou com a realização do Censo de DEI, conduzido por consultoria externa, cujo resultado tem sido fundamental para orientar o planejamento estratégico dos próximos anos, com foco em ampliar o respeito e consolidar um ambiente cada vez mais inclusivo.

Abaixo segue a proporção de mulheres em cada nível da empresa (operacional, gerencial e diretoria) da Companhia:

	31/12/2025		31/12/2024	
Headcount	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Operacional	-	9	-	9
Administrativo	7	1	9	1
Estagiário	-	-	-	1
Gerencial	-	-	-	-
Diretor	-	1	-	3
Conselho	-	4	-	5
Total	7	15	9	19

A tabela a seguir apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia segregados por gênero:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Média Salário Fixo Mensal	9.815	6.821	8.574	6.544

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Companhia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Foz do Rio Claro Energia S.A.**Demonstrações contábeis em**31 de dezembro de 2025*

Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região:

- Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos;
- Programa de Monitoramento Hidrológico;
- Programa de Recuperação da APP;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Transposição Manual de Peixes;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Limnologia;
- Programa de Monitoramento da Comunidade Aquática;
- Programa de Monitoramento de Ictiofauna;
- Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Alada;
- Programa de Educação Ambiental; e,
- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA).

Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina:

- Programa de Comunicação Social, e,
- Programa de Educação Ambiental.

6. Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 23/2021, informamos que contratamos a KPMG Auditores Independentes Ltda. para prestação dos serviços de auditoria das nossas informações contábeis intermediárias, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela KPMG foram contratados para os exercícios de 2024 até 2025.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante		95.898	132.855	176.414	209.898
Caixa e equivalentes de caixa	4	21	3.301	3.238	9.326
Investimento de curto prazo	5	77.880	109.528	124.602	161.063
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	6.269	5.983
Contas a receber de clientes	6	12.757	11.900	29.426	28.021
Dividendos a receber	15.1	-	4.954	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	465	126	1.300
Despesas pagas antecipadamente		388	417	1.249	1.319
Tributos compensáveis		4.121	2.256	10.440	2.815
Outros ativos		731	34	1.064	71
Não circulante		650.350	663.895	1.115.306	1.158.486
Tributos e contribuições sociais a compensar		-	-	-	7.579
Tributos e contribuições sociais diferidos	13	20.916	12.817	24.125	13.207
Outros ativos		211	225	837	4.883
Investimento em controladas	7	344.423	356.090	-	-
Imobilizado	8	263.576	272.698	1.055.414	1.096.256
Intangível	9	21.224	22.065	34.930	36.561
Total do ativo		746.248	796.750	1.291.720	1.368.384
Passivo					
Circulante		56.091	37.202	101.944	82.552
Fornecedores	10	4.325	3.602	10.573	8.458
Empréstimos e debêntures	11	39.141	21.433	61.702	44.410
Arrendamentos		92	112	344	401
Salários e férias a pagar		695	761	1.965	1.991
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	792	1.228
Outros tributos a pagar		639	752	1.714	2.079
Dividendos declarados	15.1	-	-	-	4.760
Uso do bem público	9	621	590	1.062	1.010
Provisões	12	-	-	7.962	2.305
Encargos setoriais		2.089	1.821	4.006	3.426
Opções de compra de ações outorgadas	1.2	8.445	8.060	8.445	8.060
Outros passivos		44	71	3.379	4.424
Não circulante		564.421	606.372	834.749	902.981
Empréstimos e debêntures	11	558.945	599.785	806.711	863.688
Arrendamentos		278	177	6.395	7.028
Uso do bem público	9	5.028	4.855	8.545	8.262
Provisão para contingências	14	-	-	24	4.189
Provisões	12	-	-	12.748	18.260
Outras obrigações		170	1.555	326	1.554
Patrimônio líquido		125.736	153.176	125.736	153.176
Capital social	16.1	168.270	168.270	168.270	168.270
Reserva de Capital		(518)	(518)	(518)	(518)
Prejuízos acumulados		(42.016)	(14.576)	(42.016)	(14.576)
Total do patrimônio líquido		125.736	153.176	125.736	153.176
Participação dos acionistas não controladores		-	-	229.291	229.675
Patrimônio líquido + participações de acionistas não controladores		125.736	153.176	355.027	382.851
Total do passivo e do patrimônio líquido		746.248	796.750	1.291.720	1.368.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	18	96.415	90.186	237.913	224.742
Custos operacionais	19	(45.347)	(40.027)	(138.798)	(115.053)
Lucro bruto		51.068	50.159	99.115	109.689
(Despesas) receitas operacionais	19	(4.893)	(3.654)	(13.191)	(10.727)
Despesas gerais e administrativas		(4.926)	(3.654)	(13.401)	(10.892)
Outras receitas		33	-	210	165
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	1.593	10.123	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		47.768	56.628	85.924	98.962
Resultado financeiro		(83.307)	(64.540)	(107.030)	(87.093)
Despesas financeiras	20	(92.553)	(75.915)	(124.615)	(110.290)
Receitas financeiras	20	9.246	11.375	17.585	23.197
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(35.539)	(7.912)	(21.106)	11.869
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(4.896)	(3.806)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	8.099	6.418	10.918	6.808
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(27.440)	(1.494)	(15.084)	14.871
Atribuído aos acionistas controladores				(27.440)	(1.494)
Atribuído aos acionistas não controladores				12.356	16.365
				(15.084)	14.871
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - R\$	17	(0,2524)	(0,0137)	(0,1388)	0,1368
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial - R\$	17	(0,2524)	(0,0137)	(0,1388)	0,1368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(27.440)	(1.494)	(15.084)	14.871
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(27.440)	(1.494)	(15.084)	14.871
Atribuído aos acionistas controladores	-	(15)	(27.440)	(1.494)
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	12.356	16.365
	-	(15)	(15.084)	14.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores
					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	168.270	(518)	(13.082)	154.670	222.703
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	(1.494)	(1.494)	16.365
Destinação de dividendos	-	-	-	-	(9.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	168.270	(518)	(14.576)	153.176	229.675
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	(27.440)	(27.440)	12.356
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(12.740)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	168.270	(518)	(42.016)	125.736	229.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Nota		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(35.539)	(7.912)	(21.106)	11.869
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
8 e 9	Depreciação e amortização	11.516	10.950	47.269	46.067
7	Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.593)	(10.123)	-	-
	Encargos de dívidas	89.555	74.338	118.182	105.155
	Encargos de dívidas arrendamentos	31	15	657	770
9	Atualização monetária - Uso do bem público	804	739	1.371	1.267
	Outras variações monetárias líquidas	1.285	157	2.264	1.119
20	Receita de aplicações financeiras	(8.980)	(10.940)	(16.372)	(16.363)
	Provisão de contingências	-	-	-	20
8 e 9	Baixa de imobilizado e intangível	48	-	61	234
	Baixa de depósitos judiciais	148	6	148	6
		57.275	57.230	132.474	150.144
(Aumento) redução no ativo					
	Contas a receber de clientes	(857)	(184)	(1.404)	2.790
	Tributos e contribuições sociais a compensar	(111)	(47)	3.632	(4.308)
	Adiantamento de fornecedores	465	(19)	1.174	(173)
	Despesas pagas antecipadamente	(627)	(895)	444	(1.531)
	Outros ativos circulantes e não circulantes	(670)	(671)	(1.344)	(744)
		(1.800)	(1.816)	2.502	(3.966)
Aumento (redução) no passivo					
	Fornecedores	812	522	808	(11.535)
	Encargos setoriais	125	480	330	697
	Salários, férias e encargos sociais	(66)	(507)	(24)	(695)
	Tributos e contribuições sociais a recolher	(2.024)	6.871	(7.283)	6.061
	Outros passivos circulantes e não circulantes	(457)	(195)	(1.890)	606
		(1.610)	7.171	(8.059)	(4.866)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro					
		-	-	(2.179)	(3.651)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais					
		53.865	62.585	124.738	137.661
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
	Resgate de investimento de curto prazo	770.180	125.676	918.689	299.172
	Aplicações em investimento de curto prazo	(729.110)	(107.933)	(865.807)	(315.074)
	Resgates em títulos e valores mobiliários	-	-	495	508
	Dividendos e JCP recebidos	18.215	4.821	18.215	4.821
8	Adições no imobilizado	(2.455)	(6.338)	(5.863)	(8.446)
9	Adições no intangível	(518)	(9)	(959)	(23)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos					
		56.312	16.217	64.770	(19.042)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
	Adiantamento para futuro aumento de capital pagos	-	-	-	(5.000)
	Pagamentos de dividendos e JCP	-	-	(35.715)	(9.453)
11.5	Empréstimos tomados	558.262	-	558.182	75.042
	Amortização de principal arrendamentos	(103)	(89)	(343)	(297)
	Amortização de juros de arrendamentos	(31)	(15)	(683)	(770)
11.5	Amortização de principal do financiamento	(600.000)	-	(621.290)	(83.426)
11.5	Amortização de juros do financiamento	(71.585)	(75.773)	(95.747)	(100.266)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento					
		(113.457)	(75.877)	(195.596)	(124.170)
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa					
		(3.280)	2.925	(6.088)	(5.551)
Demonstrações da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa					
4	Saldo no início do exercício	3.301	376	9.326	14.877
4	Saldo no final do exercício	21	3.301	3.238	9.326
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa					
		(3.280)	2.925	(6.088)	(5.551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Contrato com Clientes					
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	18	107.369	100.580	264.339	244.974
Outras Receitas		33	1	206	161
Receitas relativas à construção de ativos próprios		2.266	1.200	5.121	3.322
		109.668	101.781	269.666	248.457
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia elétrica comprada para revenda	19	(9.487)	(5.845)	(40.014)	(19.996)
Encargos do uso da rede elétrica	19	(8.494)	(8.350)	(15.957)	(15.705)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	19	(2.292)	(1.925)	(4.075)	(4.241)
Serviços de terceiros		(5.600)	(5.556)	(17.162)	(15.269)
Materiais		(582)	(366)	(1.268)	(1.087)
Custos de construção		(2.266)	(1.200)	(5.121)	(3.322)
Prêmio de repactuação do risco hidrológico		(5.678)	(5.430)	(9.970)	(9.534)
Outros custos operacionais		(408)	(438)	(1.868)	(2.069)
Valor adicionado bruto		(34.807)	(29.110)	(95.435)	(71.223)
Depreciação e amortização	8 e 9	(11.472)	(10.949)	(47.186)	(46.068)
Valor adicionado líquido produzido		(46.279)	(40.059)	(142.621)	(117.291)
Valor adicionado recebido em transferência					
Receita financeira	20	9.246	11.375	17.585	23.197
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	1.593	10.123	-	-
		10.839	21.498	17.585	23.197
Valor adicionado a distribuir		74.228	83.220	144.630	154.363
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		2.996	2.927	7.770	7.115
Benefícios		793	869	2.208	2.040
Auxílio alimentação		312	329	799	733
Assistência médica e odontológica		420	455	1.176	1.089
Vale Transporte		8	2	10	4
Previdência Privada		4	45	70	116
Outros		49	38	153	98
FGTS		223	62	488	347
		4.012	3.858	10.466	9.502
Impostos, taxas e contribuições					
Federais					
INSS		567	722	1.498	1.652
Encargos setoriais - P&D e TFSEE		1.235	1.165	2.510	2.407
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	4.896	3.806
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(8.099)	(6.417)	(10.918)	(6.810)
PIS e COFINS		9.719	9.229	23.915	17.824
Outros impostos e taxas		1.352	48	2.049	335
		4.774	4.747	23.950	19.214
Estaduais					
IPVA		-	4	-	7
		-	4	-	7
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures		90.191	74.416	119.169	105.717
Juros s/ arrendamentos		31	15	656	770
Aluguéis		329	190	683	479
Outras despesas financeiras		2.331	1.484	4.790	3.803
		92.882	76.105	125.298	110.769
Remuneração de capitais próprios					
Lucro (prejuízo) do período		(27.440)	(1.494)	(27.440)	(1.494)
Participação de acionistas não controladores		-	-	12.356	16.365
		(27.440)	(1.494)	(15.084)	14.871
Valor Adicionado Distribuído		74.228	83.220	144.630	154.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

Controladora:

A Foz do Rio Claro Energia S.A (Companhia), é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” Aberta e registrada na CVM (categoria B), foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 05 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO (“Contrato de Concessão”), datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos até 14 de agosto de 2041, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046.

Em relação ao contrato de concessão de Foz do Rio Claro Energia S.A. o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Aneel.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas**Foz do Rio Claro Energia S.A.**

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2025

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW (megawatts)	18,55 MW (megawatts)
				68,4 MW (megawatts)	37,1 MW (megawatts)

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio do Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, alterando a garantia física da Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira de 39 MW para 37,1 MW.

Controladas:

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 79,08% na Eólica do Agreste Potiguar I (“EAP I”) e de 44,54% na Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”). As companhias de fonte eólica EAP I e EAP II passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. (“Ijuí”), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022 após assumir o controle das atividades mais relevantes.

Em 21 de julho de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.474/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP I, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW São João, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 6 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 25,2 MW e garantia física de 14,1 MW médios.

Em 13 de setembro de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.394/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP II, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW Santa Régia, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 9 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios.

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Autorização		Início da Operação	Energia Assegurada MW
			Início	Fim		
Eólica do Agreste Potiguar I	Jandira (RN)	8521/2020	24/01/2020	17/11/2055	27/07/2023	25.200
Eólica do Agreste Potiguar II	Jandira (RN)	8520/2020	24/01/2020	17/11/2055	13/09/2023	37.800
Ijuí Energia S.A	Rolador e Salvador das Missões (RS)	006/2006	29/03/2011	03/02/2046	28/03/2011	51.000

Os prazos das autorizações das Companhias de fonte eólicas podem ser prorrogados a critério do poder concedente. Não está previsto indenização ao final do prazo das autorizações.

Em relação ao contrato de concessão da controlada Ijuí Energia S.A. o mesmo pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos,

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Aneel.

1.1 Acordo para autoprodução com a WEG S.A.

Em 05 de julho de 2023, a controlada Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”) celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A. (“WEG”) para a formação de uma parceria societária que tem por objeto a geração de energia para o consumo pelas unidades produtivas da WEG. A EAP II e a WEG firmam essa Parceria para explorar o parque eólico AW Santa Régia localizado no município de Jandaíra - RN, que terá capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com início de suprimento de energia em janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2041.

Cortes de geração (curtailment)

As controladas EAP I e EAP II foram afetadas ao longo do exercício de 2025 com o crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) afetando diretamente a receita da Companhia e os custos com compra de energia.

Neste contexto, diante do aumento expressivo de pleitos de geradores eólicos junto à ANEEL para reconhecimento dessas situações de *constrained-off*, o Despacho nº 2.303/2019 suspendeu os ressarcimentos previstos nos contratos firmados no ACR e CER até a regulamentação do tema, posteriormente disciplinada pela Resolução Normativa (REN) nº 927/2021 (consolidada pela REN nº 1.030/2022). Em síntese, o referido instrumento regulatório estabeleceu três marcos temporais para apuração dos cortes e elegibilidade à compensação:

- **Até março/2021:** Restrito a usinas no ACR/CER com pedidos de reconhecimento protocolados na ANEEL.
- **Abril/2021 a outubro/2021:** Aplicável a todas as usinas no ACR/CER, independentemente de protocolo de pedido de reconhecimento.
- **A partir de outubro/2021:** Abrangência geral a todas as usinas afetadas, independentemente do ambiente de comercialização.

A metodologia para apuração e compensação dos eventos de *constrained-off* para empreendimentos de geração com contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) foi definida através da REN nº 1.109/2024, com fluxo de recontabilizações previsto para iniciar em junho/2025, de acordo com o Comunicado CCEE nº 372/25. Em regra, o pagamento da compensação é devido apenas quando a soma dos tempos de restrição por *constrained-off* — classificados como indisponibilidade externa e acumulados desde o início do ano civil — superar a indisponibilidade média das funções de transmissão.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da Lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas eólicas e solares poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir na via administrativa, arbitral ou judicial compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

Notas Explicativas*Foz do Rio Claro Energia S.A.**Demonstrações contábeis em**31 de dezembro de 2025*

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao curtailment. Vale ressaltar que as deliberações finais por parte da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Declaração de conformidade

A autorização para emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2026.

Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais.

A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

I. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 8 – Ativo imobilizado;
- Nota 7 - Contexto - Opções de compra de ações outorgadas – definição da categoria do instrumento financeiro;
- Nota 2.5 - Critérios de consolidação- determinação se a Companhia detém controle sobre as investidas;
- Nota 8 – Imobilizado e nota explicativa 3.6 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas;
- Nota 13 – Imposto de renda e contribuição social diferidos e nota explicativa 3.8 - Tributação - expectativa de realização do saldo;
- Nota 14 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.5 - Provisões - estimativa do risco;

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 8 – Ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Nota explicativa 3.11 - Arrendamentos - taxa aplicadas e contratos considerados;
- Nota 6 – Contas a Receber e nota explicativa 3.13 – Receita de geração de energia elétrica - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: estimativa de valores que não serão recebidos.;
- Nota 8 - Imobilizado e nota explicativa 3.6 – Imobilizado– taxa de depreciação;
- Nota 13 – Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e nota explicativa 3.8 – Tributação - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.
- Nota 14 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.5 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros**Reconhecimento e mensuração inicial**

Os saldos de contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia ou suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia ou suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia ou suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado,

Notas Explicativas**Foz do Rio Claro Energia S.A.***Demonstrações contábeis em**31 de dezembro de 2025*

ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento***Ativos financeiros***

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia ou suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia ou suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável**Ativos financeiros não-derivativos*****Instrumentos financeiros***

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia ou suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia ou suas controladas esperam receber.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia ou suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia ou suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável. Para a Companhia e sua controlada Ijuí Energia S.A. não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

Teste de redução ao valor recuperável

As controladas Eólica do Agreste Potiguar I e Eólica do Agreste Potiguar II avaliaram a evidência de desvalorização dos ativos financeiros e não financeiros com base no seu valor em uso, em função do crescimento dos cortes de geração (curtailment) que afetou a receita de geração de energia bem como os custos com compra de energia ao longo do exercício de 2025, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

Os estudos de recuperabilidade foram realizados com data-base em setembro de 2025 e não indicaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O teste de recuperabilidade considerou o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e anual ao longo do prazo remanescente da autorização.

3.3 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, sendo que, para os ativos de geração eólica, a depreciação é limitada pelo prazo de autorização de exploração dos parques.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

3.6 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão das UHEs Foz do Rio Claro e Ijuí Energia que será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046 para a Controladora Foz e até fevereiro de 2046 para a controlada Ijuí.

3.7 Tributação

Em 2025 a companhia e suas controladas estão enquadradas no regime de apuração lucro real. Em 2024 a companhia e as controladas “EAP I e EAP II estavam enquadradas no regime de apuração lucro real e a controlada Ijuí estava enquadrada no lucro presumido.

Tributos sobre as vendas (controladora e controladas ‘Ijuí, EAP I e EAP II’)

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%).

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

3.8 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e a controlada “Ijuí” têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.9 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia e a controlada “Ijuí”, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.10 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.11 Provisão para desmobilização

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

3.12 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada “Ijuí” vendem a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 39 MW médios, cujo preço médio de venda atualizado na Controladora em dezembro de 2025 é de R\$ 310,13 MW/h (R\$ 289,24 MW/h em 2024) e na controlada “Ijuí” a garantia física equivalente a 30 MW médios cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 332,39 (R\$ 310,02 MW/h em 2024), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

As controladas “EAP I” e “EAP II” comercializam a sua energia produzida no Ambiente de Contratação Livre -ACL através de contratos bilaterais. Durante o exercício de 2025, a venda de energia da “EAP I” foi realizada ao preço médio de venda de R\$ 285,30 por MW/h (R\$187,08 MW/h em 2024) e na “EAP II” ao preço médio de R\$ 272,14 por MW/h (R\$ 215,70 MW/h em 2024).

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.15 Informação por segmento

A Companhia e suas controladas são administradas com uma única operação, geração de energia, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia e suas controladas são realizadas em território nacional.

3.16 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento, bem como classifica os juros recebidos/resgatados referente ao rendimento das aplicações financeiras junto aos montantes resgatados apresentados nas atividades de investimentos.

3.18 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**Em vigor desde 1º de janeiro de 2025**

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade / permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCPC 10 – Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas na adoção das normas IFRS S1 pra fins de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade e Clima e IFRS 18 para as demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração 31/12/2025 e 31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo fixo	-	2	2	9	9
Banco conta movimento	-	19	142	3.229	6.160
Aplicações financeiras automáticas	120,00 % do CDI	-	3.157	-	3.157
		21	3.301	3.238	9.326

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

5 Investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários

	Remuneração		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimento de curto prazo						
Fundo de Investimento - STA Energia	100,44% do CDI	94,99% do CDI	77.880	109.528	119.167	158.135
Fundo de Investimento - Banco do Nordeste - BNB	99,39% do CDI	90,72% do CDI	-	-	5.435	2.928
			77.880	109.528	124.602	161.063
Títulos e valores mobiliários						
STA Energia - Controlada "Ijuí"	100,44% do CDI	94,99% do CDI	-	-	6.269	5.983
			-	-	6.269	5.983

Fundo de Investimento STA:

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo não exclusivo), cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Fundo de Investimento BNB:

As controladas EAP I e EAP II aplicam seus recursos no fundo de investimento, Fundo Soberano BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Suprimento de energia elétrica - Ambiente regulado	12.190	11.334	27.703	26.271
Contas a Receber Curto Prazo CCEE	567	566	1.723	1.750
	12.757	11.900	29.426	28.021

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto da controladora e suas controladas Ijuí Energia, EAP I e EAP II que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Contas a receber curto prazo - CCEE” referem-se a valores a receber da controladora e suas controladas e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas e não há saldos vencidos no contas a receber de clientes.

Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
 Demonstrações contábeis em
 31 de dezembro de 2025

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

7 Investimentos em controladas

Opções de compra de ações outorgadas

Aumento de Capital na EAP II e conversão de ações

Conforme contrato celebrado em 5 de julho de 2023, divulgado na nota explicativa nº 1.1, a WEG efetuou aporte de capital na EAP II no montante de R\$10.656 em 6 de outubro de 2023 e com isso adquiriu 10.829.042 ações ordinárias da EAP II, ao preço de R\$0,98 por ação. A Alupar e Foz do Rio Claro realizaram troca de ações, ordinárias por preferenciais, em uma razão de 11 ações ON para 1 ação PN, que não resultou na perda de controle da Foz do Rio Claro.

A Alupar passou a ser proprietária de 4.087.876 ações preferenciais mediante a conversão de 44.969.803 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 4.087.876 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

A Foz do Rio Claro passou a ser proprietária de 10.264.731 ações preferenciais mediante a conversão de 112.920.008 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 10.264.731 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

Com isso a participação acionária na EAP II passou a ser a seguinte:

EAP II	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento	1.003.573	6,99%	4.087.876	28,48%	5.091.449	17,74%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	2.519.992	17,56%	10.264.731	71,52%	12.784.723	44,54%
WEG Equipamentos	9.876.086	68,81%	-	0,00%	9.876.086	34,41%
WEG Linhares	952.956	6,64%	-	0,00%	952.956	3,32%
Total das ações	14.352.607	100,00%	14.352.607	100,00%	28.705.214	100,00%

Conforme descrito no contrato, na distribuição de dividendos, cada ação preferencial fará jus ao recebimento de dividendo correspondente a 10 vezes o valor distribuído a cada ação ordinária, logo a WEG fará jus de 6,86% do dividendo distribuído e a Alupar e Foz do Rio Claro farão jus a cerca de 93,14%.

O contrato ainda prevê opção de compra e venda de ações, no qual dá direito, e obriga a Alupar e a Foz do Rio Claro a recomprarem a totalidade das ações detidas pela WEG, podendo ser exercida por qualquer acionista a qualquer tempo durante o prazo do contrato observada as hipóteses descritas em contrato. O preço tanto pela recompra pela Alupar e Foz do Rio Claro, como pela venda da WEG será o valor aportado, de R\$10.656, atualizado pelo IPCA.

Como se trata de um instrumento com opção de venda, o CPC 39 (IAS 32) item 23 determina que tal instrumento seja classificado como passivo financeiro e não como item de patrimônio, não obstante, a Administração avaliou que a Alupar e a Foz do Rio Claro possuem direitos substantivos sobre a EAP II, possuindo controle sobre as atividades relevantes e estando mais expostas aos riscos e retornos, diante deste cenário, para fins de reconhecimento da equivalência

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II em relação a participação da WEG que foi tratado como instrumento financeiro. O respectivo passivo foi contabilizado na rubrica de opções de compra de ações outorgadas no passivo circulante no montante de R\$ 7.621. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 8.445.

Movimentação do investimento

As informações do investimento estão apresentadas a seguir:

Saldo em 31/12/2025						
Controlada	Quantidade de ações ordinárias	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Controladas:						
EAP I	106.927.392	79,08	191.171	106.189	91.777	(6.795)
EAP II (*)	161.413.376	71,52	306.254	169.973	153.888	(17.607)
Ijuí Energia	160.704.291	51,00	392.472	40.017	314.103	38.352
Total Consolidado	429.045.059		889.897	316.179	559.768	13.950
Saldo em 31/12/2024						
Controlada	Quantidade de ações ordinárias	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Controladas:						
EAP I	106.927.392	79,08	198.247	106.470	97.437	(5.660)
EAP II (*)	161.413.376	71,52	326.794	172.906	162.642	(8.754)
Ijuí Energia	160.704.291	51,00	407.636	67.532	299.200	40.904
Total Consolidado	429.045.059		932.677	346.908	559.279	26.490

(*) Para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II em relação a participação da WEG tendo em vista a opção de compras das ações de maneira irrevogável e irretroatável, conforme citado da Nota Explicativa 1.1.

A movimentação dos investimentos para o exercício findo 31 de dezembro de 2025 é:

Movimentação dos investimentos	Saldo em 31/12/2024	Resultado das controladas em 31/12/2025	Participação societária (%)	Resultado de equivalência	Destinação de dividendos	Saldo em 31/12/2025
Controladas:						
EAP I	72.580	(6.795)	79,08	(5.373)	-	67.207
EAP II	110.057	(17.607)	71,52	(12.593)	-	97.464
Ijuí Energia	173.453	38.352	51,00	19.559	(13.260)	179.752
Total Consolidado	356.090	13.950		1.593	(13.260)	344.423

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Movimentação dos investimentos	Saldo em 31/12/2023	Resultado das controladas em 31/12/2024	Participação societária (%)	Resultado de equivalência	Destinação de dividendos	Saldo em 31/12/2024
--------------------------------	---------------------	---	-----------------------------	---------------------------	--------------------------	---------------------

Controladas:

EAP I	77.056	(5.660,00)	79,08	(4.476)	-	72.580
EAP II	116.318	(8.754,00)	71,52	(6.261)	-	110.057
Ijuí Energia	162.367	40.904,00	51,00	20.860	(9.774)	173.453
Total Consolidado	355.741	26.490		10.123	(9.774)	356.090

Participação dos acionistas não controladores

Movimentação dos investimentos	Participação societária (%) 31/12/2024	Saldo 31/12/2024	Resultado dos não controladores	Destinação de dividendos	Saldo em 31/12/2025
--------------------------------	--	------------------	---------------------------------	--------------------------	---------------------

Não controladores:

EAP I	20,92	19.200	(1.422)		17.778
EAP II	28,48	43.826	(5.014)		38.812
Ijuí Energia	49,00	166.649	18.792	(12.740)	172.701
Total não controladores		229.675	12.356	(12.740)	229.291

Movimentação dos investimentos	Participação societária (%) 31/12/2024	Saldo 31/12/2023	Resultado dos não controladores	Destinação de dividendos	Saldo em 31/12/2024
--------------------------------	--	------------------	---------------------------------	--------------------------	---------------------

Não controladores:

EAP I	20,92	20.384	(1.184)	-	19.200
EAP II	28,48	46.319	(2.493)	-	43.826
Ijuí Energia	49,00	156.000	20.042	(9.393)	166.649
Total não controladores		222.703	16.365	(9.393)	229.675

8 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Controladora					Consolidado							
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2025	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Outros (i)	Reversão de provisão	31/12/2025
Em serviço													
Terrenos	-	20.315	48	-	(1.385)	18.978	49.138	48	-	-	(1.385)	-	47.801
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2%	122.126	-	-	-	122.126	328.601	-	-	-	-	-	328.601
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.382	148	-	-	99.530	138.439	148	-	-	-	-	138.587
Máquinas e Equipamentos	3%	170.938	1.537	-	-	172.475	909.033	3.821	(2)	4.226	(84)	-	916.994
Veículos	15%	62	-	(48)	-	14	172	-	(57)	-	-	-	115
Móveis e Utensílios	4%	117	15	-	-	132	231	145	-	-	-	-	376
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	744	-	-	184	928	8.615	-	-	-	(323)	-	8.292
Total do custo do imobilizado		413.684	1.748	(48)	(1.201)	414.183	1.434.229	4.162	(59)	4.226	(1.792)	-	1.440.766
Depreciação													
Reservatórios, Barragens e Aduadoras		(38.378)	(2.672)	-	-	(41.050)	(100.425)	(7.170)	-	-	-	-	(107.595)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(29.202)	(2.038)	-	-	(31.240)	(43.681)	(3.222)	-	-	-	-	(46.903)
Máquinas e Equipamentos		(74.146)	(5.399)	-	-	(79.545)	(197.875)	(33.678)	-	-	-	-	(231.553)
Veículos		(60)	-	48	-	(12)	(143)	(5)	57	-	-	-	(91)
Móveis e Utensílios		(46)	(7)	-	-	(53)	(105)	(20)	-	-	-	-	(125)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(478)	(99)	-	-	(577)	(1.460)	(488)	-	-	-	-	(1.948)
Total da depreciação		(142.310)	(10.215)	48	-	(152.477)	(343.689)	(44.583)	57	-	-	-	(388.215)
Total imobilizado em serviço		271.374	(8.467)	-	(1.201)	261.706	1.090.540	(40.421)	(2)	4.226	(1.792)	-	1.052.551
Em curso													
Depósitos judiciais		949	408	(161)	-	1.196	949	802	(161)	-	-	-	1.590
Edificações		375	299	-	-	674	375	384	-	-	-	-	759
Adiantamento de fornecedores		-	-	-	-	-	144	515	(162)	22	(5)	-	514
A ratear		-	-	-	-	-	4.248	-	-	(4.248)	-	-	-
Total imobilizado em curso		1.324	707	(161)	-	1.870	5.716	1.701	(323)	(4.226)	(5)	-	2.863
Total do imobilizado líquido		272.698	(7.760)	(161)	(1.201)	263.576	1.096.256	(38.720)	(325)	-	(1.797)	-	1.055.414

(i) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos e baixa de provisões de desapropriações.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

	Controladora					Consolidado						
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Transferencia	Outros (i)	31/12/2024	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Outros (i)	31/12/2024
Em serviço												
Terrenos	-	11.300	-	9.015	-	20.315	40.172	-	(49)	9.015	-	49.138
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	121.772	354	-	-	122.126	328.247	354	-	-	-	328.601
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	99.029	353	-	-	99.382	138.018	421	-	-	-	138.439
Máquinas e Equipamentos	3%	170.473	465	-	-	170.938	899.714	2.472	-	-	6.847	909.033
Veículos	15%	60	2	-	-	62	142	30	-	-	-	172
Móveis e Utensílios	4%	100	17	-	-	117	209	22	-	-	-	231
Direito de Uso sobre Arrendamento	12%	707	-	-	37	744	5.985	-	-	-	2.630	8.615
Total do custo do imobilizado		403.441	1.191	9.015	37	413.684	1.412.487	3.299	(49)	9.015	9.477	1.434.229
Depreciação												
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(35.713)	(2.665)	-	-	(38.378)	(93.262)	(7.163)	-	-	-	(100.425)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(27.172)	(2.030)	-	-	(29.202)	(40.465)	(3.216)	-	-	-	(43.681)
Máquinas e Equipamentos		(68.790)	(5.356)	-	-	(74.146)	(164.410)	(33.465)	-	-	-	(197.875)
Veículos		(60)	-	-	-	(60)	(140)	(3)	-	-	-	(143)
Móveis e Utensílios		(40)	(6)	-	-	(46)	(92)	(13)	-	-	-	(105)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(399)	(79)	-	-	(478)	(1.016)	(444)	-	-	-	(1.460)
Total da Depreciação		(132.174)	(10.136)	-	-	(142.310)	(299.385)	(44.304)	-	-	-	(343.689)
Total imobilizado em serviço		271.267	(8.945)	-	37	271.374	1.113.102	(41.005)	(49)	9.015	9.477	1.090.540
Em curso												
Depósitos judiciais		4.613	4.772	(9.015)	579	949	4.613	4.772	-	(9.015)	579	949
Edificações		-	375	-	-	375	-	375	-	-	-	375
Adiantamento de fornecedores		-	-	-	-	-	12.957	-	-	-	(12.813)	144
A reatear		-	-	-	-	-	4.248	-	-	-	-	4.248
Total imobilizado em curso		4.613	5.147	(9.015)	579	1.324	21.818	5.147	-	(9.015)	(12.234)	5.716
Total do imobilizado líquido		275.880	(3.798)	-	616	272.698	1.134.920	(35.858)	(49)	-	(2.757)	1.096.256

(i) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos e constituição de provisão para desmobilização de ativos das controladas 'EAP I' e 'EAP II'.

As controladas EAP I e EAP II realizaram, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicativos de perda por impairment em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Após essa análise as controladas EPI e EAP II identificaram indicativos de Impairment e conforme exigido pelas normas contábeis, realizou teste em relação ao valor recuperável dos ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representa a avaliação de tendências futuras da Administração no segmento e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

- Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa a Companhia considerou as EAPs (EAP I e EAP II) como sendo uma única fonte geradora de caixa em função das controladas monitorarem a execução e performance do parque de forma consolidada e utilizarem a mesma estrutura administrativa e operacional dos parques;

- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa média de custo de capital (WACC) de 9,95%, apurada antes dos impostos;

- O período projetivo utilizado para elaboração do fluxo de caixa descontado considerou o prazo de autorização determinado pelo poder concedente.

- O volume de geração de energia e preço projetado no período levou em consideração a energia assegurada, os preços e período dos contratos já firmados pelas controladas e, para o período de venda a descoberto, foram consideradas as curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Para a estimativa dos cortes de geração de energia (*curtailment*) foi considerado no período projetivo uma curva descedente no percentual dos cortes de geração de energia levando em consideração os seguintes fatores: (i) aprovação da Lei 15.269/2025 que deu provimento as empresas eólicas e solar em relação aos cortes de natureza de Confiabilidade; (ii) Expansão das linhas de Transmissão no Nordeste; (iii) Avanço nos leilões relacionado aos projetos de armazenamento de baterias e (iv) Modernização regulatória, trazendo mecanismos de compensação financeira relacionada ao consumo em horário de baixa tensão e abertura do mercado livre.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização nos ativos, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

9 Intangível

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte

	Controladora					Consolidado				
	Taxa média anual de amortização	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Em serviço										
Servidões	-	4.303	-	-	4.303	4.679	-	(2)	161	4.838
Software	20%	129	23	31	183	298	30	-	35	363
Outros intangíveis	19%	187	-	(58)	129	2.423	-	-	(55)	2.368
Uso do bem público (i)	2%	2.955	-	-	2.955	5.166	-	-	-	5.166
Extensão da concessão	4%	18.921	-	-	18.921	32.015	-	-	-	32.015
Licenças operacionais	-	483	-	-	483	-	916	-	-	916
Em curso	-	19	12	(31)	-	45	13	-	(43)	15
Total do custo do intangível		26.514	518	(58)	26.974	44.626	959	(2)	98	45.681
Amortização										
Software	-	(116)	(12)	-	(128)	(257)	(16)	-	-	(273)
Outros intangíveis	-	(187)	-	-	(187)	(710)	(364)	-	-	(1.074)
Uso do bem público - UBP	-	(1.766)	(54)	-	(1.820)	(3.014)	(100)	-	-	(3.114)
Extensão da Concessão	-	(2.380)	(752)	-	(3.132)	(4.084)	(1.290)	-	-	(5.374)
Licenças operacionais	-	-	(483)	-	(483)	-	(916)	-	-	(916)
Total da amortização		(4.449)	(1.301)	-	(5.750)	(8.065)	(2.686)	-	-	(10.751)
Total do intangível líquido		22.065	(783)	(58)	21.224	36.561	(1.727)	(2)	98	34.930

	Controladora				Consolidado			
	Taxa média anual de amortização	31/12/2023	Adições	31/12/2024	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Em serviço								
Servidões	-	4.303	-	4.303	4.679	-	-	4.679
Software	20%	125	4	129	294	4	-	298
Outros intangíveis	19%	187	-	187	2.423	-	-	2.423
Uso do bem público (i)	2%	2.955	-	2.955	5.166	-	-	5.166
Extensão da concessão	4%	18.921	-	18.921	32.015	-	-	32.015
Em curso	-	14	5	19	211	19	(185)	45
Total do custo do intangível		26.505	9	26.514	44.788	23	(185)	44.626
Amortização								
Software	-	(107)	(9)	(116)	(244)	(13)	-	(257)
Outros intangíveis	-	(187)	-	(187)	(349)	(361)	-	(710)
Uso do bem público - UBP	-	(1.712)	(54)	(1.766)	(2.914)	(100)	-	(3.014)
Extensão da Concessão	-	(1.629)	(751)	(2.380)	(2.795)	(1.289)	-	(4.084)
Total da amortização		(3.635)	(814)	(4.449)	(6.302)	(1.763)	-	(8.065)
Total do intangível líquido		22.870	(805)	22.065	38.486	(1.740)	(185)	36.561

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

(i) Passivo relacionado ao Uso do Bem Público

	Controladora								
	31/12/2023	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2024	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2025
Passivo circulante	565	-	(573)	598	590	-	(600)	631	621
Passivo não circulante	4.714	739	-	(598)	4.855	804	-	(631)	5.028
	<u>5.279</u>				<u>5.445</u>				<u>5.649</u>
	Consolidado								
	31/12/2023	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2024	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2025
Passivo circulante	966	-	(987)	1.031	1.010	-	(1.036)	1.088	1.062
Passivo não circulante	8.026	1.267	-	(1.031)	8.262	1.371	-	(1.088)	8.545
	<u>8.992</u>				<u>9.272</u>				<u>9.607</u>

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico da Controladora Foz do Rio Claro e sua controlada Ijuí Energia. O valor é estabelecido em contrato de concessão atualizado, e descontado a valor presente. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Para fins de reconhecimento inicial foi mensurado pelo custo histórico.

Em relação a obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, no qual a Controladora “Foz” e sua Controlada “Ijuí” recolherá as parcelas mensais à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original na data base de agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo do uso do serviço de transmissão	790	762	1.158	1.110
Materiais e serviços	716	1.359	2.298	3.881
Retenção contratual	553	405	1.399	1.079
Ajuste negativo CCEE	-	-	-	242
Compra de energia	2.266	1.076	5.718	2.146
	4.325	3.602	10.573	8.458

A rubrica de fornecedores da Companhia e suas controladas é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essa operação assim como os passivos de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão- (“CUST”), Retenção contratual e compras de energia são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

11 Empréstimos e Debêntures

O saldo de empréstimos e debêntures é composto da seguinte forma:

Empresas	Financiadores	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos						Controladora				Consolidado			
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2025				31/12/2025			
					Indexador	Juros %		Custos a amortizar	Encargos de dividas	Principal	Total	Custos a amortizar	Encargos de dividas	Principal	Total
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a	Semestral	(1.397)	1.426	598.057	598.086	(1.397)	1.426	598.057	598.086
Ijuí Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL	3,17% a.a	Semestral	-	-	-	-	-	106	27.319	27.425
EAP I	BNB	15/12/2023	15/10/2047	84.139	IPCA	4,55% a.a	Mensal	-	-	-	-	(1.029)	286	68.464	67.721
EAP II	BNB	15/12/2023	15/10/2047	114.738	IPCA	4,55% a.a	Mensal	-	-	-	-	(1.441)	400	95.612	94.571
EAP I	Debentures	19/01/2024	15/12/2039	25.000	IPCA	6,40% a.a	Semestral	-	-	-	-	(962)	74	27.133	26.245
EAP II	Debentures	19/01/2024	15/12/2038	55.000	IPCA	6,40% a.a	Semestral	-	-	-	-	(1.833)	151	56.047	54.365
								(1.397)	1.426	598.057	598.086	(6.662)	2.443	872.632	868.413
Circulante								(342)	1.426	38.057	39.141	(664)	2.443	59.923	61.702
Não circulante								(1.055)	-	560.000	558.945	(5.998)	-	812.709	806.711
								(1.397)	1.426	598.057	598.086	(6.662)	2.443	872.632	868.413

Empresas	Financiadores	Condições contatadas dos empréstimos e financiamentos						Controladora				Consolidado			
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2024				31/12/2024			
					Indexador	Juros %		Custos a amortizar	Encargos de dividas	Principal	Total	Custos a amortizar	Encargos de dividas	Principal	Total
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a	Semestral	(294)	21.512	600.000	621.218	(294)	21.512	600.000	621.218
Ijuí Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL	3,17% a.a	Semestral	-	-	-	-	-	154	41.864	42.018
EAP I	BNB	15/12/2023	15/10/2047	84.139	IPCA	4,55% a.a	Mensal	-	-	-	-	(1.085)	305	70.461	69.681
EAP II	BNB	15/12/2023	15/10/2047	114.738	IPCA	4,55% a.a	Mensal	-	-	-	-	(1.411)	418	96.634	95.641
EAP I	Debentures	19/01/2024	15/12/2039	25.000	IPCA	6,40% a.a	Semestral	-	-	-	-	(1.035)	64	26.097	25.126
EAP II	Debentures	19/01/2024	15/12/2038	55.000	IPCA	6,40% a.a	Semestral	-	-	-	-	(2.006)	142	56.278	54.414
								(294)	21.512	600.000	621.218	(5.831)	22.595	891.334	908.098
Circulante								(79)	21.512	-	21.433	(401)	22.595	22.216	44.410
Não circulante								(215)	-	600.000	599.785	(5.430)	-	869.118	863.688
								(294)	21.512	600.000	621.218	(5.831)	22.595	891.334	908.098

11.1 1º Emissão de debêntures - Controladora

Em 15 de setembro de 2021 foi efetuada a primeira emissão na Controladora de R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1.000, onde os recursos foram transferidos para a Foz do Rio Claro no dia 08 de outubro de 2021. A Alupar Investimento S.A é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia + 1,70% a.a., expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil.

As amortizações ocorrerão em três parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2026, e o vencimento da dívida se dará em 15 de setembro de 2028. De acordo com cláusula 4, item 4.14 do Instrumento Particular de Escritura da 1º emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas pela fiadora Alupar Investimento S.A., e apresentadas trimestralmente ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Em 22 de janeiro de 2025 a Companhia realizou o pagamento integral das debêntures no montante de R\$ 633.220 com recursos oriundos do ingresso da 2º Emissão de debêntures.

11.2 2º Emissão de debêntures - Controladora

Em 09 de janeiro de 2025 a controladora Foz do Rio Claro efetuou a segunda emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 560.000 com o valor nominal

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

de R\$ 1.000, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, conforme resolução CVM nº 160. O recebimento das debêntures ocorreu em 15 de janeiro de 2025. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a 100% DI + Spread 0,54% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As amortizações dos juros ocorrerão em pagamentos semestrais, e o valor principal será amortizado em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2029 e o segundo pagamento em 15 de janeiro de 2030.

11.3 Empréstimos BNDES - Controlada

O financiamento junto ao BNDES na Controlada Ijuí Energia S.A. teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José.

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. Aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. Aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. Aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

A Companhia Ijuí Energia S.A. possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

- Índice de capitalização $\geq 25\%$
- Índice de cobertura de serviço da dívida $\geq 1,2$

A Administração da Companhia e suas controladas acompanham os índices financeiros e obrigações estabelecidos em contrato.

11.4 Empréstimos BNB

Em 29 de setembro de 2023 as Controladas Eólica Agreste Potiguar I e Eólica Agreste Potiguar II celebraram junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 35.2023.9396.30266, no valor de R\$ 84.139 para a “EAP I” e contrato nº 35.2023.9396.30267 no valor de R\$ 114.738 (EAP II). Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 15 de dezembro de 2023, representando 85% do valor total, ou seja, R\$

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

71.518 para a “EAP I” e em 20 de dezembro de 2023 o valor total de R\$ 97.527 para a “EAP II”. Os 15% restantes do montante serão liberados à medida que forem comprovadas as obrigações financeiras relacionadas ao contrato.

O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,3534 % ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação média do IPCA, referente ao período entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de cálculo.

O financiamento possui carência do principal de 6 meses, com o primeiro pagamento de juros em 15/01/2024 a 15/04/2024. A partir de 15/05/2024, serão amortizados mensalmente principal e juros em 286 parcelas mensais consecutivas.

Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato.

A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

11.5 1º Emissão de debentures – Controladas EAP I e EAP II

Em 15 de janeiro de 2024 as controladas “EAP I” e “EAP II” efetuaram a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 25.000 (EAP I) e R\$ 55.000 (EAP II) com o valor nominal de R\$ 1.000. O recebimento das debentures ocorreu em 19 de janeiro de 2024. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a IPCA + 6,40% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As amortizações ocorrerão em pagamentos semestrais, primeiro pagamento de juros previsto para junho de 2024 e amortização do principal iniciando em dezembro de 2024. O vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2039 (EAP I) e 15 de dezembro de 2038 (EAP II).

A Controladora mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

11.6 As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Controladora					
	Saldo Final 31/12/2024	Ingresso de Dívidas	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização Custo de captação	Amortização de Principal	Amortização de Juros
Moeda nacional						
1º emissão de debêntures	621.513	-	11.707	-	(600.000)	(33.220)
2º emissão de debêntures	-	560.000	77.848	-	-	(38.365)
(-) custo de captação - a amortizar	(295)	(1.738)	-	636	-	-
Total	621.218	558.262	89.555	636	(600.000)	(71.585)
						598.086

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

	Controladora				
	Saldo Final 31/12/2023	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização Custo de captação	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2024
Moeda nacional					
1º emissão de debêntures	622.948	74.338	-	(75.773)	621.513
(-) custo de captação - a amortizar	(374)	-	79	-	(295)
Total	622.574	74.338	79	(75.773)	621.218

	Consolidado						
	Saldo Final 31/12/2024	Ingresso de Dívidas	Encargos de dívidas (nota 20)	Amortização Custo de captação	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2025
Moeda nacional							
1º emissão de debêntures - Controladora	621.513	-	11.707	-	(600.000)	(33.220)	-
2º emissão de debêntures - Controladora	-	560.000	77.848	-	-	(38.365)	599.483
1º emissão de debêntures - EAP I e II	82.581	-	9.008	-	(2.872)	(5.312)	83.405
BNDES	42.018	-	3.946	-	(15.400)	-3139	27.425
BNB	167.818	-	15.673	-	(3.018)	(15.711)	164.762
(-) custo de captação - a amortizar	(5.832)	(1.818)	-	988	-	-	(6.662)
Total	908.098	558.182	118.182	988	(621.290)	(95.747)	868.413

	Consolidado						
	Saldo Final 31/12/2023	Ingresso de Dívidas	Encargos de dívidas (nota 20)	Variação Cambial	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2024
Moeda nacional							
1º emissão de debêntures - Controladora	622.948	-	74.338	-	-	(75.773)	621.513
1º emissão de debêntures - EAP I e II	-	80.000	8.459	-	(1.105)	(4.773)	82.581
BNDES	56.828	-	4.812	-	(15.146)	(4.476)	42.018
BNB	169.462	-	16.155	-	(2.555)	(15.244)	167.818
(-) custo de captação - a amortizar	(1.285)	(4.958)	-	411	-	-	(5.832)
Moeda estrangeira							
Citibank - EAP I e II	63.229	-	1.391	-	(64.620)	-	-
Total	911.182	75.042	105.155	411	(83.426)	(100.266)	908.098

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas ao financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Parcelas vencíveis (R\$)	Controladora			
	31/12/2025			
	2027	2028	2029	Dívida Total
Debêntures	-	-	560.000	560.000
(-) Custo a amortizar	(342)	(342)	(371)	(1.055)
	(342)	(342)	559.629	558.945

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Parcelas vencíveis (R\$)	Consolidado				
	31/12/2025				
	2027	2028	2029	Após 2029	Dívida Total
Empréstimos - Controlada Ijuí	11.708	-	-	-	11.708
Empréstimos - Controladas EAP I e EAP II	3.645	2.416	2.674	152.258	160.993
Debêntures - Controladas EAP I e EAP II	4.080	4.329	4.581	67.019	80.009
Debêntures - Controladora	-	-	560.000	-	560.000
(-) Custo a amortizar	(665)	(664)	(693)	(3.977)	(5.999)
	18.768	6.081	566.562	215.300	806.711

12 Provisões

	Consolidado									
	31/12/2023	Ingresso	Realização	Atualização monetária	Reversão de provisão	31/12/2024	Ingresso	Realização	Atualização monetária	31/12/2025
Provisões de constituição de ativos (a)	24.023	10.531	(22.345)	-	(3.684)	8.525	2	(641)	-	7.886
Provisões para compensações ambientais (b)	3.723	-	(926)	-	-	2.797	-	(159)	-	2.638
Provisões para desmobilização de ativos (c)	8.349	180	-	714	-	9.243	-	-	943	10.186
	36.095	10.711	(23.271)	714	(3.684)	20.565	2	(800)	943	20.710
Circulante	23.711					2.305				7.962
Não Circulante	12.384					18.260				12.748
	36.095					20.565				20.710

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção das Usinas e parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.
- (c) As provisões para desmobilização de ativos referem-se a custos estimados para a desmontagem dos parques eólicos das controladas EAP I e II ao encerramento das atividades.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota	Controladora					Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2025
Ativo (ii)										
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	35.995	17.851	53.846	22.270	76.116	35.995	17.851	53.846	28.181	82.027
Imposto de renda diferido	8.998	4.463	13.461	5.568	19.029	8.998	4.463	13.461	7.046	20.507
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	21	49	70	181	251	21	336	357	772	1.129
Base negativa acumulada	36.124	18.138	54.262	22.540	76.802	36.124	12.448	48.572	28.531	77.103
Contribuição social diferida	3.251	1.632	4.883	2.029	6.912	3.251	1.632	4.883	2.568	7.451
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	7	18	25	65	90	7	121	128	276	404
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	12.277	6.162	18.439	7.843	26.282	12.277	6.552	18.829	10.662	29.491
	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Liquidação	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Liquidação	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ realização	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Passivo (iii)										
Imposto de renda diferido	(4.323)	188	(4.135)	188	(3.947)	(4.323)	188	(4.135)	188	(3.947)
Contribuição social diferida	(1.555)	68	(1.487)	68	(1.419)	(1.555)	68	(1.487)	68	(1.419)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	(5.878)	256	(5.622)	256	(5.366)	(5.878)	256	(5.622)	256	(5.366)
		(i)		(i)			(i)		(i)	
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.399	6.418	12.817	8.099	20.916	6.399	6.808	13.207	10.918	24.125

Notas Explicativas**Foz do Rio Claro Energia S.A.**

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2025

(i) Montantes que impactaram o resultado do exercício na rubrica Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

(ii) Ativo

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Consolidado				
	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Prejuízo fiscal	4.918	3.315	4.252	8.022	20.507
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	1.129	-	-	-	1.129
Estimativa de realização CSLL diferida - Prejuízo fiscal	1.765	1.193	1.531	2.962	7.451
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	404	-	-	-	404
	8.216	4.508	5.783	10.984	29.491

(iii) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9, cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Estimativa de liquidação IRPJ diferido - Extensão da concessão	188	188	188	3.383	3.947
Estimativa de liquidação CSLL diferida - Extensão da concessão	68	68	68	1.215	1.419
	256	256	256	4.598	5.366

14 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia e suas controladas leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia e suas controladas, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Controladora e suas controladas EAP I e EAP II sejam considerados relevantes para o negócio.

Em face da controlada Ijuí Energia as demandas com probabilidade de perda provável resumem-se á:

- (i) **Demandas Trabalhistas:** um processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 24.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
 Demonstrações contábeis em
 31 de dezembro de 2025

	Consolidado			
Cível	31/12/2024	Ingresso	Reversão	31/12/2025
Não Circulante	4.189	4	(4.169)	24
Total	4.189	4	(4.169)	24

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia e nem por suas controladas, no período findo de em 31 de dezembro de 2025, merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas tributárias: Atualmente a Controladora possui doze processos (doze em 31 de dezembro de 2024) de natureza tributária com valor em risco aproximado em R\$ 1.487 (R\$ 1.404 em 31 de dezembro de 2024). Em face da controlada “Ijuí”, atualmente existem dois processos de natureza tributária, (dois processos em 31 de dezembro de 2024) com valor em risco aproximado em R\$ 212 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2024), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas cíveis: Em face da controlada “Ijuí”, atualmente existem três processos de natureza cível (o mesmo em 31 de dezembro de 2024) com valor em risco aproximado em R\$ 255 (R\$ 1.118 em 31 de dezembro de 2024), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

(iii) Trabalhistas/Arbitrais/Ambientais/Regulatórias: Não existem demandas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Controladora e de suas Controladas, sejam considerados relevantes para o negócio.

15 Partes relacionadas

15.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Dividendos a receber - Alupar Investimento S.A.	-	4.954	-	-
Contas a receber de clientes - Alupar Investimento S.A.	-	-	3.205	2.259
Contas a receber de clientes - WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A	-	-	255	1.191
Contas a receber de clientes - WEG Equipamentos Elétricos S.A	-	-	1.883	1.918
	-	4.954	5.343	-
Passivo circulante				
Dividendos declarados - Alupar Investimento S.A.	-	-	-	4.760
Prestação de serviços - AF Energia S.A	225	141	445	270
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	45	71	3.152	3.178
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	92	112	319	357
Opções de compra de ações outorgadas - WEG Equipamentos Elétricos S.A	8.445	8.060	8.445	8.060
	8.807	8.384	12.361	16.625
Passivo não circulante				
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	278	177	979	575
	278	177	979	575

Os vencimentos das transações comerciais entre partes relacionadas foram firmadas com vencimentos de curto prazo, exceto as opções de compra de ações outorgadas ocorrerá em 31 de dezembro de 2041 e o passivo não circulante de arrendamento ocorrerá em 31 de dezembro 2027.

(B) Partes relacionadas: informações do resultado

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas e Custos				
Venda de Energia - Alupar Investimento S.A.	-	-	34.720	25.348
Venda de Energia - WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A	-	-	3.134	3.078
Venda de Energia - WEG Equipamentos Elétricos S.A	-	-	27.586	26.014
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	19	(7.324)	(23.165)	-
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimentos S.A/AF Energia S.A		(31)	(110)	(66)
Prestação de serviços - AF Energia S.A (i)	19	(1.916)	(3.775)	(3.128)
		(9.271)	38.390	51.246

(i) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

15.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2025
25/11/24	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 009/2010. Carta nº 100424110003100	25/11/24	25/11/26	1.484	1.484
18/02/09	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Fiança	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	18/02/09	15/09/27	31.110	31.110
08/11/18	Diretoria	Foz e Ijuí	N/A	Fiança	Garantia do processo 0001487-22.2017.8.17.2730 - Carta nº 181578818	08/11/18	Indeterminado	935	935
26/05/25	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008500	26/05/26	27/05/26	220	220
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar I	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/27	96.014	96.014
26/05/25	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020. - Carta nº 100422050008600	26/05/26	27/05/26	334	334
30/11/23	Diretoria	Eólica Agreste Potiguar II	Alupar	Fiança	Comissão compromissou o -Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/23	01/12/27	114.738	114.738

15.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 19% daquela devida à Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de curto prazo (a)	(686)	(496)	(1.649)	(1.579)
Remuneração do conselho	(43)	(56)	(70)	(91)
Total	(729)	(552)	(1.719)	(1.670)

a) Compostos por salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

	31/12/2025 e 31/12/2024				
	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Acionistas					
Alupar Investimento S.A	67.717.177	100	40.991.800	100	108.708.977
AF Energia S.A	1	-	-	-	1
Total das ações	67.717.178	100	40.991.800	100	108.708.978

Reserva de Lucros

- a. Reserva legal
- 5% do lucro líquido anual apurado nos livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal foi compensada com prejuízos anteriores. Em 31 de dezembro de 2025 não há destinação de lucros para a reserva legal.

17 Lucro e prejuízo por ação

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e ações preferenciais totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Numerador				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(27.440)	(1.494)	(15.084)	14.871
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias	67.717.178	67.717.178	67.717.178	67.717.178
Média ponderada do número de ações preferenciais	40.991.800	40.991.800	40.991.800	40.991.800
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	(0,2524)	(0,0137)	(0,1388)	0,1368
Resultado básico e diluído por ação preferencial R\$	(0,2524)	(0,0137)	(0,1388)	0,1368

18 Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita de geração de energia elétrica								
Suprimento de energia	341.640	103.534	342.575	99.087	888.852	254.336	894.712	239.636
Receitas de curto prazo CCEE	-	3.835	-	1.493	-	10.003	-	5.338
	341.640	107.369	342.575	100.580	888.852	264.339	894.712	244.974
Deduções								
PIS - Programa de integração social		(1.734)		(1.646)		(4.266)		(3.179)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(7.985)		(7.583)		(19.650)		(14.646)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(941)		(883)		(1.726)		(1.672)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(294)		(282)		(784)		(735)
		(10.954)		(10.394)		(26.426)		(20.232)
Receita operacional líquida		96.415		90.186		237.913		224.742

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

A controladora e suas controladas, registraram Receita operacional líquida de R\$ 237.913 (888.852 MW/h) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação aos R\$ 224.742 (894.712 MW/h) do mesmo período de 2024. O aumento de 5,9% de um período para o outro ocorreu principalmente pela atualização monetária dos contratos negociados no ambiente regulado (ACR) e liquidações na CCEE.

19 Custos e despesas operacionais

		Controladora				Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
	Encargos de uso da rede elétrica	(8.494)	-	(8.350)	-	(15.957)	-	(15.705)	-
	Compensação financeira	(2.292)	-	(1.925)	-	(4.075)	-	(4.241)	-
	Utilização do Bem Público - UBP	(54)	-	(54)	-	(99)	-	(99)	-
	Doações, contribuições e subvenções	(10)	(14)	(10)	(35)	(15)	(116)	(50)	(84)
		(10.850)	(14)	(10.339)	(35)	(20.146)	(116)	(20.095)	(84)
	Energia comprada para revenda	(2.163)	-	(5.845)	-	(16.849)	-	(19.996)	-
	Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(7.324)	-	-	-	(23.165)	-	-	-
15.1	Seguros	(5.963)	(2)	(5.745)	(13)	(11.453)	(5)	(11.258)	(34)
	Aluguéis	(290)	(39)	(155)	(35)	(517)	(166)	(349)	(130)
	Pessoal	(2.817)	(1.031)	(2.660)	(1.360)	(5.685)	(4.562)	(5.189)	(4.292)
	Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(729)	-	(552)	-	(1.719)	-	(1.670)
	Material	(531)	(51)	(353)	(13)	(1.077)	(191)	(1.013)	(74)
	Serviços de Terceiros	(2.121)	(1.563)	(2.430)	(1.450)	(8.746)	(4.641)	(8.106)	(4.035)
15.1	Serviços de Terceiros - partes relacionadas	(1.916)	-	(1.676)	-	(3.775)	-	(3.128)	-
	Provisão para contingências	-	-	-	-	(3)	-	(20)	-
	Outros	(55)	(1.396)	(11)	(113)	(666)	(1.630)	(219)	(284)
	Outras receitas	-	33	-	-	-	210	-	165
		(23.180)	(4.778)	(18.875)	(3.536)	(71.936)	(12.704)	(49.278)	(10.354)
	Depreciação e Amortização	(11.317)	(101)	(10.813)	(83)	(46.716)	(371)	(45.680)	(289)
		(11.317)	(101)	(10.813)	(83)	(46.716)	(371)	(45.680)	(289)
	Total	(45.347)	(4.893)	(40.027)	(3.654)	(138.798)	(13.191)	(115.053)	(10.727)

A Companhia apresentou custos operacionais consolidados no montante de R\$ 138.798 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 115.053 no mesmo período de 2024. O aumento de 20,6% entre um período e outro é justificado principalmente pela linha de compra de energia, apresentando o montante de R\$ 40.014 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 19.996 em 31 de dezembro de 2024, ocasionado principalmente pelo efeito do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) que afetaram as controladas EAP I e EAP II e pelas diferenças de preços de submercado. As despesas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam aumento de 23,0% quando comparado ao mesmo período de 2024, justificado pela linha de de terceiros e despesas com pessoal.

20 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras					
Encargos sobre debentures, empréstimos e financiamentos	11	(89.556)	(74.338)	(118.030)	(105.155)
Variação monetária UBP		(803)	(739)	(1.371)	(1.267)
Outros		(2.194)	(838)	(5.214)	(3.868)
		(92.553)	(75.915)	(124.615)	(110.290)
Receitas financeiras					
Receita de aplicações financeiras		8.980	10.940	16.372	16.363
Outras receitas financeiras		266	435	1.213	6.834
		9.246	11.375	17.585	23.197
Total líquido		(83.307)	(64.540)	(107.030)	(87.093)

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Controladora		
Nota	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.099	6.418
Total	8.099	6.418
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(35.539)	(7.912)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	12.083	2.690
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Incentivo fiscal diferido	503	-
Resultado de equivalência patrimonial	542	3.442
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(298)	(228)
Juros sobre capital próprio	(4.508)	-
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	(248)	162
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	1	3
Outras	24	349
Despesa de imposto de renda e contribuição social	8.099	6.418
Alíquota efetiva	23%	81%

Consolidado		
Nota	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.896)	(3.806)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.918	6.808
Total	6.022	3.002
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(21.106)	11.869
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais	7.176	(4.035)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Incentivo Fiscal corrente	(2.297)	593
Incentivo Fiscal diferido	1.111	276
Diferença de base - controladas lucro presumido	-	11.508
Doações - Lei Rouanet/Esporte/FIA	-	270
Utilização de prejuízo fiscal/base negativa anteriormente não reconhecido	6.412	-
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(7.945)	(3.380)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	(440)	(2.254)
Juros sobre capital próprio	2.490	-
Provisões para o qual não foi constituído imposto diferido	(347)	(170)
Arrendamento (CPC 06) para o qual não foi constituído imposto diferido	(314)	(56)
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(23)	-
Outras	105	213
PAT	70	-
Efeito da alíquota adicional de 10% do IRPJ	24	37
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.022	3.002
Alíquota efetiva	29%	-25%

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Em 2024, a Controladora e as controladas EAP I e II adotaram o regime de tributação do Lucro Real, enquanto a controlada Ijuí adotou o regime de tributação do Lucro Presumido. No exercício de 2025, a controlada Ijuí alterou o regime de tributação do Lucro Presumido para o Lucro Real.

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

A Companhia e suas controladas limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora				Consolidado				Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo										
Caixa e bancos	21	21	144	144	3.238	3.238	6.169	6.169	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	3.157	3.157	-	-	3.157	3.157	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	77.880	77.880	109.528	109.528	124.602	124.602	161.063	161.063	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Titulos e valores mobiliarios	-	-	-	-	6.269	6.269	5.983	5.983	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	12.757	12.757	11.900	11.900	29.426	29.426	28.021	28.021	-	Custo amortizado
	90.658	90.658	124.729	124.729	163.535	163.535	204.393	204.393		
Passivo										
Fornecedores	4.325	4.325	3.602	3.602	10.573	10.573	8.458	8.458	-	Custo amortizado
Empréstimos	-	-	-	-	189.717	189.717	204.299	204.299	-	Custo amortizado
Debêntures	598.086	666.030	621.218	666.030	598.086	666.030	621.218	666.030	-	Custo amortizado
Debêntures - EAP's	-	-	-	-	80.610	82.210	82.581	82.210	-	Custo amortizado
Uso do bem público	5.649	5.649	5.445	5.445	9.607	9.607	9.272	9.272	-	Custo amortizado
Opções de compra de ações outorgadas	-	-	-	-	8.445	8.445	8.060	8.060	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Custo amortizado
	608.060	676.004	630.265	675.077	897.038	966.582	933.888	978.329		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

1º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2023 as controladas, Eólica Potiguar I e Eólica Potiguar II, possuíam instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.
Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Hierarquia do valor justo

A Companhia e suas controladas e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

22.2 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

Controladora							
Aplicações financeiras - Controladora	Indexador	Posição em 31/12/2025 (*)	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%
Investimentos de curto prazo	CDI	77.880	9.540	4.770	7.155	11.925	14.310

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Consolidado							
Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2025	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			12,25%	6,13%	8,06%	15,31%	18,38%
Investimentos de curto prazo	CDI	124.602	15.264	7.632	10.043	19.080	22.896
Títulos e valores mobiliários	CDI	6.269	768	384	505	960	1.152
		130.871	16.032	8.016	10.548	20.040	24.048

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e debêntures - Controladora	Empresa	Indexador	Taxa de juros média a.a	Posição em 31/12/2025 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
					Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
						Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
					12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%
Debêntures	Foz do Rio Claro S.A	DI +	2,00%	599.483	86.895	49.442	68.169	105.621	124.348

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Empréstimos e debêntures - Consolidado	Empresa	Indexador	Taxa de juros média a.a	Posição em 31/12/2025 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
					Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento	
						Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
					12,25%	6,13%	9,19%	15,31%	18,38%
Debêntures	Foz do Rio Claro S.A	DI +	2,00%	599.483	86.895	49.442	68.169	105.621	124.348
					8,05%	4,03%	6,04%	10,06%	12,08%
Empréstimos	Ijuí Energia S.A	TJLP +	3,17%	27.425	3.147	2.008	2.578	3.716	4.286
Debêntures	Eólica do Agreste Potiguar I e II	TJLP +	3,17%	83.405	9.571	6.107	7.839	24	13.034
Empréstimos	Eólica do Agreste Potiguar I e II	TJLP +	3,17%	162.292	18.623	11.884	15.254	21.993	25.363
					872.605	118.236	69.442	93.839	131.355
									167.031

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrônico elevado e (iii) a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE expõe a Companhia à um rateio com base no Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar esses efeitos, em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL, anuiu a repactuação do risco hidrológico da Controladora UHE Foz do Rio Claro e Controlada UHE São José – “Ijuí” nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no Ambiente de Contratação Regulada - ACR no produto SP 100. A partir de julho de 2020 a Companhia e sua controlada passaram a realizar o pagamento mensal do prêmio do seguro do risco hidrológico para a ANEEL.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de Descontratação

Todos os recursos da Controladora e sua controlada “Ijuí” estão vendidos no Ambiente Regulado de Contratação - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
 Demonstrações contábeis em
 31 de dezembro de 2025

energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados e juros incorridos até 31 de dezembro de 2025:

Controladora						
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	4.325	-	-	-	-	4.325
Debêntures	39.397	(256)	(255)	559.200	-	598.086
Total	43.722	(256)	(255)	559.200	-	602.411

Consolidado						
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	10.573	-	-	-	-	10.573
Debêntures	39.572	2.756	3.546	571.920	60.901	678.695
Empréstimos em moeda nacional	5.308	14.066	15.127	8.179	147.038	189.718
Total	55.453	16.822	18.673	580.099	207.939	878.986

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, debêntures e arrendamentos				
Circulante	(39.233)	(21.545)	(62.046)	(44.811)
Não circulante	(559.223)	(599.962)	(813.106)	(870.716)
Dívida total	(598.456)	(621.507)	(875.152)	(915.527)
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários	77.880	112.829	134.109	176.372
Dívida líquida	(520.576)	(508.678)	(741.043)	(739.155)
Patrimônio líquido	125.736	153.176	355.027	382.851
Índice de endividamento líquido	4,14	3,32	2,09	1,93

23 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Controladora						
Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025
		Amortização Principal e juros	Captações / Ingressos	Encargos	Outros	
Aumento (redução) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.b 621.218	(671.585)	558.262	89.555	636	598.086
Arrendamentos	289	(134)	-	31	184	370
	621.507	(671.719)	558.262	89.586	820	598.456
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)	621.507	(671.719)	558.262	89.586	820	598.456

Consolidado						
Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025
		Amortização Principal e juros	Captações / Ingressos	Encargos	Outros	
Aumento (redução) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.b 908.098	(717.037)	558.182	118.182	988	868.413
Arrendamentos	7.429	(1.026)	-	657	- 321	6.739
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)	915.527	(718.063)	558.182	118.839	667	875.152

24 Benefícios a empregados

A Controladora e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de

Notas Explicativas

Foz do Rio Claro Energia S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Controladora reconheceu no resultado o montante de R\$ 604 no exercício findo em 31 de dezembro 2025 (R\$ 709 em 31 de dezembro de 2024) e em face das suas controladoras o montante de R\$ 3.559 (R\$ 1.004 em 31 de dezembro 2024) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Eduardo Fucs

Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor de Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires

Diretor Técnico

Contador

João Paulo Mendes do Nascimento

CRC 1SP218586/O-1

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Foz do Rio Claro Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Foz do Rio Claro Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica
Veja as Notas 3.12 e 18 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram Receita de Geração de Energia Elétrica da demonstração de resultados individual e consolidada no montante de R\$ 96.415 mil e R\$237.913 mil, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações contábeis.

As receitas da Companhia e suas controladas são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;
- (ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia e de suas controladas relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e efetivamente entregue, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e
- (iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Teste por Redução ao Valor Recuperável

Veja as Notas 3.2 e 08 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a ativos imobilizados de longa duração, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso.

A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos.

Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração, e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa que podem impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros.
- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:
- Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados;
- Efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas utilizadas.
- Avaliação das divulgações nas demonstrações contábeis, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro
Diretor Administrativo
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro
Diretor Administrativo
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico